

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.188 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 2000

SENADORES DEBATEM ALTERNATIVAS PARA AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO

PÁGINA 8



Ornélas fala sobre sonegação de clubes no dia 1º de novembro

O ministro da Previdência, Waldeck Ornélas, será a primeira autoridade a comparecer à CPI do Futebol. O depoimento está marcado para 1º de novembro, e ele estará acompanhado do secretário de Previdência Social, Vinícius Carvalho Pinheiro.

PÁGINA 5

VIANA DESTACA AMPLIAÇÃO DO ALCANCE DA TV E RÁDIO SENADO

PÁGINA 6

PLENÁRIO VOTA DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA ENTIDADES FILANTRÓPICAS

PÁGINA 4



Presidida por José Agripino, a Comissão de Justiça aprovou, entre outros projetos, o que cria representações da Procuradoria da República em vários municípios

**Candidato que tiver
contas rejeitadas
deve ficar inelegível**

PÁGINA 3

Previdência poderá pagar os pequenos débitos em 60 dias

Ações relativas ao reajuste ou à concessão de benefícios no valor de até R\$ 5.180,25 serão quitadas sem expedição de precatórios, conforme projeto aprovado pela CCJ

PÁGINA 3

Com a presença de autoridades do Executivo, do presidente da Câmara e de outros parlamentares, o senador Antonio Carlos Magalhães assinou convênio que garante a abertura da unidade do Incor no Hospital das Forças Armadas



Convênio garante Incor em Brasília

PÁGINA 5

Dependência de capital externo resulta de opção antiga, diz Fogaça

A dependência do Brasil em relação ao capital externo deve-se à opção feita há décadas pelos próprios parlamentares, disse ontem o senador José Fogaça (PMDB-RS). O resultado, sustentou, é o atual modelo de desenvolvimento do país.

As outras formas de desenvolver a economia – poupança gerada por fundos de previdência, participação do Estado, acumulação de lucros pelas empresas e aumento de exportações – estão, conforme Fogaça, inviabilizadas. “O país não conta com a poupança gerada pelos fundos, o Estado não dispõe de mais de 4% do PIB para novos investimentos, o setor privado não acumula lucro suficiente e o aumento das exportações é praticamente inviabilizado pelo excesso de impostos”, explicou.



Fogaça afirma que modelo foi decidido há décadas

Para o senador, qualquer governante que queira manter o país crescendo terá que atrair capitais. – É um equívoco supor que isso seja fruto de aliança com interesses estratégicos e de conteúdo ideológico. Foi a estruturação deliberada, decidida, inclusive por nós congressistas, de direita e de esquerda, que modelou a economia do jeito que ela é e nos empurra para essa única e exclusiva opção: o país precisa atrair capitais externos para crescer, e desafio que alguém aponte uma outra fonte – frisou.

Fogaça citou o Chile e os Estados Unidos como países que basearam o desenvolvimento na poupança dos fundos. “Hoje, podem se dar ao luxo de dizer que não precisam de capital externo para financiar a expansão de suas economias”, observou.

Tebet teme situação de ingovernabilidade em MS

Senador lamenta a forma como foi aprovada a reforma administrativa estadual e aponta distanciamento entre o governo e a sociedade

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ontem que o comportamento do governador de Mato Grosso do Sul está levando o estado a uma situação de ingovernabilidade. Além de não cumprir 34 mandados de reintegração de posse, o governador Zeca do PT, “que apregou o diálogo para se eleger”, conforme Tebet, enviou à Assembleia Legislativa, em regime de urgência, projeto de reforma administrativa sem nenhuma consulta à sociedade.

A reforma foi aprovada em sessão de seis horas, afirmou Tebet, sob “clima de guerra” e de pro-



Ramez Tebet vê distância entre discurso e prática do governador

testos por parte de servidores públicos e de quadros do próprio partido do governador. Entre estes, o senador referiu-se a integrantes do diretório regional do PT e os ex-secretários estaduais de Infra-Estrutura e Habitação e da Educação.

Mesmo reconhecendo que compatibilizar discurso e realidade é uma das mais difíceis tarefas do político, Tebet frisou nunca ter visto tamanha distância entre discurso e prática como na figura do governador do estado. “Na reforma administrativa está incluída a extinção da Previsul e de outros ór-

gãos, sem qualquer diálogo prévio com os envolvidos”, disse.

Como senador, mesmo sendo adversário político do governador, Tebet lembrou ter sido um dos primeiros políticos a colocar-se à disposição da administração. “Apesar disso, Zeca do PT chegou ao destempero verbal de dizer que os senadores do estado eram três patetas”, afirmou.

O distanciamento entre o governo e a sociedade sul-matogrossense, que teria ficado claro nos protestos de ontem, é que fundamenta o temor de ingovernabilidade, explicou o senador. Os resultados das eleições municipais demonstraram, a seu ver, que “o povo repele os políticos que prometem e não cumprem, que falam e não fazem”.

Juvêncio critica reforma feita sem discussão

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) criticou ontem a reforma administrativa proposta pelo governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, e aprovada pela Assembleia Legislativa estadual. Segundo o senador, a reforma foi elaborada no gabinete do governador e não passou por discussão antes de ser encaminhada à Assembleia. A decisão gerou reação de vários setores da sociedade e até do próprio partido do governador, que avalia a possibilidade de expulsá-lo de seus quadros, acrescentou.

– A reforma administrativa é necessária, mas tem que obedecer a parâmetros administrativos corretos e exige uma discussão que não foi feita – ressaltou.

Juvêncio lembrou que, no início, o governo petista trouxe esperança ao povo de Mato Grosso do Sul, pois conseguiu aumentar a arrecadação e apresentou indícios de que o esta-

do poderia dar um passo à frente em seu desenvolvimento político e econômico. Entretanto, lamenta o senador, em seguida o governador deu início a uma “farra de contratações”, que incluiu vários familiares.

O comportamento autoritário do governador, assinalou o senador, expresso na recusa em dialogar com a bancada parlamentar do estado, levou à instalação de um déficit fiscal permanente e à fuga de investidores para outros estados.

– Um governador que não conversa com a bancada federal não tem visão de estadista, não quer o desenvolvimento do estado. A falta de diálogo não está sendo aceita nem pelo PT – afirmou.



Para Juvêncio da Fonseca, comportamento do governador é autoritário

Juvêncio lembrou também a recusa do governador em acatar ordem judicial de reintegração de posse de várias propriedades rurais produtivas que foram invadidas pelo MST.

Em aparte, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse compreender a exasperação de Juvêncio diante do “descalbro” do governo de Mato Grosso do Sul. Gilvam lembrou que, durante caminhada naquele estado, já ouvira pessoas preverem o “desastre” que seria o governo petista. – Não existe diálogo. São déspotas. O governador Zeca do PT é um protótipo da incompetência. Ele só cria frases de efeito e essa expulsão do PT é balela, é tudo combinado – assegurou.

Brasil 500



QUINTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

17h – Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 88/99, que altera os artigos 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional; PDL nº 235/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora Goitacá para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campos (RJ); PDL nº 238/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura Araraquara para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araraquara (SP); PDL nº 20/2000, aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Rio Bonito para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araguacema (TO); PDL nº 97/2000, aprova o ato que outorga permissão à Organização Guaratubana de Comunicações para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Guaratuba (PR); PDL nº 211/2000, aprova o ato que autoriza o governo do estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tarauacá (AC); PDL nº 212/2000, aprova o ato que autoriza o governo do estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xapuri (AC); e PLS nº 30/99, altera dispositivos da Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição federal, que institui normas para licitações e contratos da administração pública.

ESPECIAL

18h30 – Mostra de filmes chineses
Filme: Vencedor, de Huo Jianqi. Auditório Petrônio Portella

PREVISÃO
PLENÁRIO

Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brásilia - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Pequeno débito da Previdência poderá dispensar precatório

Projeto que permite o pagamento em 60 dias de dívidas até o limite de R\$ 5.180,25 foi aprovado por unanimidade pela CCJ. O relator, Edison Lobão, diz que o texto beneficia a parcela mais necessitada da população

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou por unanimidade projeto de lei que permite o pagamento em 60 dias de dívidas da Previdência Social até o limite de R\$ 5.180,25. A matéria, já aprovada pela Câmara dos Deputados, será ainda votada em Plenário.

O texto aprovado proíbe o fracionamento do valor a ser recebido pelo reclamante e obriga o pagamento por precatório quando o valor exceder a R\$ 5.180,25. A proposta regulamenta o artigo 100 da Constituição, que prevê o fim da necessidade de expedição de precatórios para dívidas de pequeno valor. Os precatórios são a previsão, no orçamento do exercício seguinte, dos

valores correspondentes às sentenças transitadas em julgado.

A proposição foi acrescentada à pauta da CCJ ontem a pedido do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA). A possibilidade do pagamento em 60 dias a partir do trânsito em julgado da ação (quando recursos não são mais possíveis) decorre da alteração do valor de isenção do pagamento de custas nos processos movidos contra a Previdência (hoje em pouco mais de R\$ 4 mil).

Lobão afirmou que a proposição, ao beneficiar as causas menores, atende à parcela mais necessitada da população. Ele disse que a proposta é de boa concepção, porque alcança também os que deixaram



Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania também aprovou, por unanimidade, mudanças no projeto de gestão democrática do ensino público

de receber da Previdência Social pensões ou salários e outros créditos pagos em prestações periódicas.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

A CCJ decidiu, também de forma unânime, pela supressão de cinco

itens do projeto de lei da Câmara que trata da gestão democrática do ensino público. O relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), apresentou voto favorável a duas emendas de Plenário e a outra dele próprio. A matéria será votada agora pela Comissão de Educação.

As emendas de Plenário foram quatro, apresentadas pelos senadores Moreira Mendes (PFL-RO) e Edison Lobão (PFL-MA), mas de teor idêntico. Elas retiram a exigência de processo participativo na escolha dos dirigentes, por impedir que isso seja feito por concurso público, e o excessivo detalhamento nas ações especificadas para orientar a gestão democrática.

CCJ aprova novas representações da Procuradoria da República

Parecer favorável ao projeto de lei da Câmara que cria representações da Procuradoria da República em dez municípios, além de alterar as estruturas de representações em outros 14, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Acolhida por unanimidade, a matéria, que será ainda votada em Plenário, cria também outras 20 representações a serem implantadas gradativamente, sem local específico.



Cabral deu parecer favorável à proposta da Procuradoria

O texto prevê ainda a criação de 136 cargos efetivos de técnico e 599 cargos de assistente. Seu relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), afirmou que o Ministério Público reivindica, no projeto, a mesma flexibilidade concedida à Justiça Federal para propor a criação de procuradorias da República em municípios sem a especificação de localidade, para que elas somente sejam instaladas com a implantação de uma nova Vara Federal pelo respectivo Tribunal Regional Federal.

Além das 20 representações ainda não definidas, o projeto cria procuradorias da República nos seguintes municípios: Resende, Itaperuna e São Pedro da Aldeia (RJ); Campo Mourão, Paranaguá e Ponta Grossa (PR); Pelotas e Santa Cruz do Sul (RS); Lages e Tubarão (SC). Serão alteradas as estruturas das repre-

sentações em Volta Redonda (RJ); Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Umuarama (PR); Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Santa Maria e Santo Ângelo (RS); Blumenau, Chapecó e Joinville (SC).

TRT-GO

A CCJ aprovou também parecer favorável à criação de 173 cargos na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (Goiás). São 157 cargos de provimento efetivo e outros 16 em comissão. A matéria, já aprovada na Câmara dos Deputados, será ainda votada no Plenário do Senado.

O projeto de lei, relatado na comissão pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), proíbe que sejam nomeados, para os cargos em comissão e funções gratificadas no TRT-GO, parentes, até o terceiro grau, de juízes e procuradores, em atividade ou aposentados há menos de cinco anos.

A proposta foi apresentada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), em virtude do aumento da demanda pela Justiça trabalhista no estado. O relator informou que a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados constatou a disponibilidade de recursos orçamentários para absorção da despesa no presente exercício financeiro.

Projeto prevê inelegibilidade por rejeição de contas

Candidatos cuja prestação de contas relativa à campanha eleitoral tenha sido rejeitada poderão ser considerados inelegíveis. Projeto de lei nesse sentido, de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO), foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por unanimidade. A proposta será ainda votada em Plenário.

O projeto acrescenta a nova hipótese de inelegibilidade às já constantes na Lei Complementar 64, de 1990. Assim, ficam sem poder se eleger "os que tenham sua prestação de contas relativa à campanha eleitoral rejeitada pela Justiça Eleitoral, para a eleição na qual tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos três anos seguin-

tes". Ou seja, o projeto permite a anulação do diploma de eleito ou mesmo que seja decretada a perda de mandato dos já empossados, com base na decisão da Justiça Eleitoral.

O relator, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), afirmou que a proposição é "adequada e pertinente, no contexto dos esforços da sociedade brasileira pela moralidade do processo eleitoral". Ressaltou ainda que o novo texto proposto prevê a rejeição das contas por qualquer irregularidade cometida, e não apenas por abuso do poder econômico, como já prevê a lei atual.

DEFICIENTES

A CCJ rejeitou, por unanimidade, as emendas apresentadas em Plenário pelo senador Roberto Satur-

nino (PSB-RJ) ao projeto de lei que prevê a melhoria de acesso para deficientes físicos. Duas emendas tratavam da colocação de indicações em braile em elevadores e outras dependências de uso coletivo. Outra estabelecia o financiamento, pelo Estado, de adaptações de imóveis para deficientes, enquanto a última pedia subsídio para obtenção de equipamentos, instrumentos e materiais para uso de deficiente.

O relator da proposta na CCJ, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), afirmou no relatório que as emendas propostas já eram contempladas em outras normas legais. Ele ressaltou que Roberto Saturnino concordou com seus argumentos para a rejeição das emendas.

Acolhida ampliação do Conselho da Sudene

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, por unanimidade, parecer favorável ao projeto que amplia a composição do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com a inclusão de um representante dos municípios da área de atuação da instituição. O representante deverá ser indicado por entidade que congregue a maioria das associações e federações estaduais de municípios. A matéria, de autoria do senador Freitas Neto (PFL-PI), será ainda votada em Plenário.

O relator do projeto, senador Edison Lobão (PFL-MA), ressaltou que a ausência de um representante dos municípios no Conselho

Deliberativo da Sudene se devia à inexistência de uma entidade que representasse a maioria deles. Essa dificuldade está hoje superada, explicou, com a criação da União Municipalista do Nordeste.

De acordo com Lobão, a proposta não pretende restringir e indicar nominalmente a organização capaz de representar os municípios da área da Sudene, mas garantir à entidade com maior capacidade de congregá-los a oportunidade de opinar nas decisões do conselho, que afetam diretamente a economia das comunidades locais.

VELHO CHICO

A CCJ também aprovou projeto de lei complementar que autoriza o Poder Legislativo a criar a Região Administrativa Integrada de

Desenvolvimento e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Foz do Velho Chico. A matéria, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), regulamenta os artigos 121, 43 e 48 da Constituição, que tratam da formulação de planos regionais de desenvolvimento.

A região administrativa será integrada pelos municípios de Neópolis, Santana de São Francisco, Propriá, Cedro de São João, Telha, Brejo Grande, Ilha das Flores e Pacatuba, no estado de Sergipe, e de Penedo, Piaçabuçu, Igreja Nova, São Brás e Porto Real do Colégio, no estado de Alagoas. A proposta, que ainda será votada em Plenário, também foi relatada por Edison Lobão.

Projetos sobre prisão especial vão tramitar em conjunto

Dois textos, que terão decisão terminativa da CCJ, acabam com privilégio para os detentos portadores de diploma de curso superior

O Plenário do Senado decidiu ontem que terão tramitação conjunta os projetos dos senadores Roberto Freire (PPS-PE) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que modificam as normas existentes no Brasil sobre prisão especial. Os dois textos acabam com esse privilégio para os detentos portadores de diploma de curso superior.

Na opinião de Roberto Freire, a única razão para a concessão de prisão diferente da enfrentada por todos os outros presidiários deve ser a garantia da vida ou a integridade física do preso. Essa é a razão pela qual ele exclui desse privilégio os membros do Congresso e das Assembléias Legislativas; os portadores de diploma de curso superior; os ministros de confissão religiosa; os ministros do Tribunal de Contas; os vereadores; os interventores de estados ou territórios, e os secretários de estado, excetuando-se os de Segurança Pública.

Já Antero Paes de Barros disse, na justificativa do seu projeto, que numa sociedade democrática moderna não há cabimento para privilégios legais. Ele afirmou que, ao listar como classe favorecida os portadores de diploma de nível superior, o Código de Processo Penal cria um privilégio injustificável, que precisa ser extinto. Em sua opinião, a posse de diploma de terceiro grau não representa risco presumível no convívio carcerário com outros presos comuns. Os projetos agora tramitarão conjuntamente e voltam ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde serão deliberados em caráter terminativo.

Concessões de três emissoras são renovadas

O Senado aprovou ontem decretos legislativos destinados a renovar a concessão de funcionamento da Rádio e TV Correio Ltda., de Campina Grande (PB); da Intersom-Emissoras de Frequência Modulada, de São Carlos (SP), e da Rádio Cultura de Araçatuba, de Araçatuba (SP). O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) se absteve de votar. Os decretos agora vão a promulgação.



O Plenário também inicia hoje o segundo turno de discussão da emenda que limita as sessões do Congresso

Senado aprecia dispensa de licitação para entidades

O Senado decide hoje se entidades religiosas ou filosóficas, prestadoras de serviços filantrópicos, podem ser dispensadas de licitação quando requererem o uso de bens públicos. Projeto nesse sentido, do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), será votado na sessão que se inicia às 10h.

A proposição modifica a Lei 8.666/93, que regulamenta os contratos da administração pública e que não prevê dispensa de licitação para essas entidades. Ele disse que seu propósito é corrigir essa distorção que atinge instituições que prestam serviços de relevante interesse social. Pelo projeto, a licitação só será dispensada se a entidade assistencial demonstrar que dará destinação social ao bem público recebido.

SESSÕES CONJUNTAS

Também hoje, o Senado inicia o segundo turno de discussão da proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que limita as sessões conjuntas do Congresso aos seguintes eventos: inauguração da sessão legislativa, posse do presidente da República, promulgação de emenda constitucional e recepção a chefe de Estado.

Aprovada por unanimidade em primeiro turno, a matéria será discutida agora durante três sessões antes de ser votada em segundo turno. Para ser aprovada, precisará de três

quintos dos votos dos senadores. Mas antes de ir a promulgação, precisará ainda ser votada na Câmara dos Deputados, também em dois turnos de votação.

Lúcio Alcântara considera um equívoco o Congresso realizar tantas sessões conjuntas, inclusive para a apreciação da lei orçamentária e dos vetos impostos pelo presidente da República a matérias aprovadas pelo Legislativo. Com a alteração de seis artigos da Constituição, ele deseja que as duas Casas do Legislativo se reúnam exclusivamente para a realização de atos de natureza política.

CONCESSÕES

Na mesma sessão, o Senado delibera sobre decretos legislativos destinados a renovar a concessão para o funcionamento da Rádio Educadora Goitacaz, de Campos (RJ); Sistema de Comunicação Rio Bonito, de Araguacema (TO); e Organização Guaratubana de Comunicações, de Guaratuba (PR).

Decide também se autoriza o governo do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a explorar emissoras de rádio em Tarauacá (AC) e em Xapuri (AC). O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) tem se manifestado contra essas concessões, observando que elas privilegiam um governo conduzido pelo PT, em prejuízo dos partidos que dão sustentação ao governo no Congresso.

Aprovado voto de pesar pela morte de Osny Duarte

Atendendo a requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o Plenário decidiu ontem inserir em ata voto de pesar e enviar condolências à família do desembargador Osny Duarte Pe-

reira, intelectual nacionalista, cujo pensamento filosófico inspirou as esquerdas brasileiras na década de 50. O jurista morreu na última segunda-feira, no Rio de Janeiro.

Luiz Otávio cobra mais recursos para obras das eclusas de Tucuruí

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) cobrou ontem do ministro do Planejamento, Martus Tavares, uma suplementação de R\$ 70 milhões, ainda neste ano, para as obras de instalação das eclusas de Tucuruí. Segundo ele, a suplementação é necessária para não prejudicar o ritmo e a continuidade da obra, que já tem assegurados R\$ 100 milhões no Orçamento de 2001.

Luiz Otávio informou que o governador do Pará, Almir Gabriel, esteve na semana passada com o ministro Martus Tavares e saiu confiante do encontro. O senador frisou que a reivindicação do governador, de liberação de recursos para as eclusas, tem como objetivo permitir a conclusão do empreendimento dentro do cronograma original, em dezembro de 2002.



Luiz Otávio quer R\$ 70 milhões para obras ainda neste ano

Segundo Luiz Otávio, o aproveitamento econômico do potencial agropecuário, florestal e mineral da Bacia do Tocantins-Araguaia depende do meio de transporte adequado, que no caso seria uma hidrovia. Para viabilizar uma

hidrovia na região, disse o senador, é preciso concluir as eclusas de Tucuruí, pois as demais intervenções da engenharia para transformar os rios Tocantins e Araguaia em vias navegáveis são relativamente modestas, de baixo impacto e de pouco custo.

— A hidrovia viabiliza o corredor de exportação e as eclusas viabilizam a hidrovia. As eclusas de Tucuruí, uma vez concluídas, serão um grande fator de desenvolvimento para o país — concluiu.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 2000

- 1**
Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 1995. Renova a permissão outorgada à Rádio e TV Correio Ltda. para rádio FM em Campina Grande (PB).
Resultado: Aprovado. À promulgação.
- 2**
Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 1999. Renova a permissão outorgada à Intersom—Emissoras de Frequência Modulada Ltda. em São Carlos (SP).
Resultado: Aprovado. À promulgação.
- 3**
Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 1999. Renova a permissão outorgada à Rádio Cultura FM de Araçatuba Ltda. (SP).
Resultado: Aprovado. À promulgação.
- 4**
Requerimento nº 523, de 2000. Senador Jefferson Péres. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 148 e 169, de 2000, por regularem a mesma matéria.
Resultado: Aprovado. Os projetos de Lei do Senado nºs 148 e 169, de 2000, passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da CCJ, em decisão terminativa.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

CPI do Futebol ouvirá o ministro da Previdência

A audiência com Waldeck Ornélas está marcada para a próxima quarta-feira. Hoje de manhã, o presidente, o vice-presidente e o relator da comissão parlamentar de inquérito convidarão o secretário da Receita Federal para falar sobre sonegação

O ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornélas, será a primeira autoridade a comparecer



à CPI do Futebol. Ele falará sobre sonegação pelos clubes de futebol, e estará acompanhado do secretário da Previdência Social, Vinícius Carvalho Pinheiro. O depoimento está marcado para quarta-feira, dia 1º de novembro, às 9h. No mesmo dia, por volta das 11h, o chefe do Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros do Banco Central, Ricardo Liao, respon-

derá aos questionamentos dos senadores sobre irregularidades nas operações cambiais decorrentes da negociação (compra e venda) de jogadores com clubes do exterior.

Hoje de manhã, o presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), o vice-presidente Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e o relator Geraldo Althoff (PFL-SC) irão à Receita Federal. Eles vão convidar o secretário Everardo Maciel para falar na comissão parlamentar de inquéri-

to sobre sonegação de Imposto de Renda por pessoas ligadas ao futebol. O depoimento do secretário, ou de pessoa indicada por ele, deverá ser marcado para a próxima semana.

Durante o encontro com o presidente interino do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, realizado na manhã de ontem e que resultou na indicação de Ricardo Liao para depor na CPI, Álvaro Dias, Mestrinho e Althoff solicitaram que informações referentes à quebra de sigilo bancário sejam repassadas à comissão à medida em

que forem chegando à instituição. Até o momento, os únicos documentos recebidos pela CPI foram aqueles enviados pela estudante de Direito Renata Carla Moura Alves, que acusou o ex-técnico da Seleção Brasileira Wanderley Luxemburgo de receber comissão na venda de jogadores.

O senador Geraldo Althoff não quis adiantar o teor da documentação referente ao treinador. Segundo disse, os documentos estão sendo catalogados para, posteriormente, ser submetidos à perícia com o objeti-

vo de terem a autenticidade checada. Althoff acrescentou que somente após concluído esse processo, e também depois que a CPI tiver acesso aos dados bancários de Luxemburgo, será marcada a data do depoimento do treinador.

A proposta de somente marcar a data dos depoimentos dos convocados após a CPI dispor de documentos e informações que subsidiem as inquirições foi apresentada pelo próprio relator durante reunião secreta da comissão parlamentar de inquérito.

Sancionada lei que permite a escolas adotarem o Simples

A lei que inclui creches, pré-escolas e instituições de ensino fundamental entre os beneficiários do Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) foi sancionada terça-feira pelo presidente da República.

A proposta, oriunda da Câmara dos Deputados, foi aprovada em regime de urgência pelo Senado no último dia 3. O senador José Jorge (PFL-PE) foi o relator da matéria na Comissão de Educação, e o senador Pedro Piva (PSDB-SP) na Comissão de Assuntos Econômicos. Ambos concordaram com a proposta e defenderam a sua aprovação.

NOVOS PROCURADORES

A criação de 304 novos cargos de procurador da República, a se-

rem providos por concurso público, também foi sancionada terça-feira pelo presidente da República. Lei regulando a matéria foi publicada ontem no *Diário Oficial da União*. A proposta, de iniciativa do Ministério Público, foi aprovada no Senado em setembro e visa estabelecer simetria entre o número de procuradores e o de juízes federais.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) relatou a matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Favorável ao projeto, ele argumentou que o Ministério Público tem hoje *status* de poder similar ao da União e dos estados, e para cumprir esse papel precisa ter assegurado um quantitativo mínimo de pessoal.

Debate sobre proibição do porte de armas é adiado

A pedido do relator, senador Pedro Piva (PSDB-SP), o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador José Sarney (PMDB-AP), adiou a discussão dos projetos de lei que restringem a comercialização e proíbem o porte de armas de fogo no Brasil. Piva afirmou que prefere apresentar o seu substitutivo durante reunião em que possa ser realizado amplo debate entre os senadores.

Segundo o entendimento de Piva, o substitutivo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), contém vícios de inconstitucionalidade. Além disso, ele acredita que o fechamento do co-

mércio interno de armas, conforme a proposta de Calheiros, traria danos socioeconômicos ao país.

O parecer de Calheiros proíbe o comércio de armas, exceto às Forças Armadas, polícias e colecionadores, entre outros. Já a proposta do relator na CRE proíbe o porte mas permite o registro de armas destinadas à defesa de pessoas.

EMBAIXADORES

A CRE aprovou na reunião de ontem pareceres favoráveis às indicações de Ney do Prado Diéguez para embaixador na Guiana e Tomas Maurício Guggenheim para cargo semelhante no Gabão. Os projetos de resolução aprovados serão agora votados em Plenário.



Geraldo Quintão, Antonio Carlos Magalhães e Michel Temer na assinatura do convênio

Antonio Carlos assina convênio para abertura de unidade do Incor no DF

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, assinou ontem convênio para a abertura de unidade do Instituto do Coração (Incor), com 130 leitos, no Hospital das Forças Armadas (HFA), em Brasília. Ele avalia que iniciativas como essa poderiam ter evitado a morte de seu filho, o ex-deputado Luís Eduardo Magalhães, falecido em abril de 1998. Antonio Carlos agradeceu a sugestão do presidente da Câmara, Michel Temer, para que a nova unidade de atendimen-

to cardiológico leve o nome do ex-deputado.

Os ministros da Saúde, José Serra, e da Defesa, Geraldo Quintão, também compareceram à assinatura do convênio. Segundo disse, além de atender parlamentares e autoridades, o Incor-Brasília poderá ser utilizado pela população da cidade por meio de convênios públicos e privados, inclusive com o apoio do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Congresso Nacional destinou R\$ 4 milhões para as obras de adap-

tação, que começam este mês, de quatro andares do HFA. A previsão é que o Incor-Brasília inicie suas atividades em janeiro de 2001. Vários parlamentares assistiram à solenidade, realizada no Auditório Sargento Holenbach do hospital. Entre eles estavam os senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), Pedro Piva (PSDB-SP), Bernardo Cabral (PFL-AM) e Romeu Tuma (PFL-SP). O diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, e da Câmara, Ademar Sabino, também compareceram.

Iniciativa beneficiará população carente, diz Arruda

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) comemorou ontem a assinatura de convênio que vai possibilitar a instalação em Brasília de unidade do Instituto do Coração (Incor), que funcionará no Hospital das Forças Armadas (HFA).

O convênio, realizado entre o Congresso e a Fundação Eu-

ryclides de Jesus Zerbini, órgão de apoio ao Instituto do Coração, foi considerado pelo senador como um marco na história da medicina na capital do país, já que 70% dos leitos do Incor estarão à disposição da população carente. Arruda ressaltou que o convênio só foi possível pelo empenho do presi-

dente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

— Poucos são os homens que conseguem transformar a dor em um ato construtivo para a sociedade. A idéia de trazer o Incor para Brasília nasceu do triste episódio do falecimento do deputado Luís Eduardo Magalhães — disse.

Tiã Viana saúda ampliação do alcance da TV e Rádio Senado

O senador Tiã Viana (PT-AC) saudou a ampliação do alcance da Rádio Senado – que em um mês passará a ser de 50 KW, atingindo todo o território nacional – e a chegada da TV Senado a todo o país, pois suas imagens já podem ser captadas por sinal aberto através de antena parabólica.

Ele elogiou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o jornalista Fernando Cesar Mesquita, diretor de Comunicação Social da Casa, e classificou o esforço feito por ambos como o resultado de “uma visão sensível e aguçada”.

– A TV Senado deixa de ser



Tiã Viana: maior alcance favorece a democracia

transmitida apenas pelo serviço de assinatura, que atinge 500 municípios, para chegar, através de parabólicas, aos mais de 5 mil municípios brasileiros – informou Tiã Viana, para quem o maior alcance dos meios de comunicação do Senado Federal é importante para a vida pública do país e favorece o avanço da democracia.

Segundo o senador, ao acompanhar, ao vivo, o processo legislativo e os debates travados pelos parlamentares, a população tem mais condições de participar politicamente e exercer melhor o direito de voto.

– Apenas o Estado judeu se estabeleceu. Hoje, cerca de 5 milhões de palestinos vivem dispersos em Israel, nos territórios da Cisjordânia e Gaza e em países árabes – disse o senador.

Maguito propõe sessão de solidariedade aos palestinos

Ele sugere que ato seja marcado para dia 29, data em que se comemora a decisão da ONU favorável à criação de um Estado árabe na Palestina

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) anunciou ontem que apresentará requerimento solicitando que a Hora do Expediente da sessão do Senado do dia 29 de novembro seja dedicada a comemorar o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino.

Trata-se, segundo o senador, de uma data histórica que remete à decisão tomada em 1947 pela Organização das Nações Unidas (ONU), determinando a criação de um Estado árabe e outro judeu na Palestina.

– Os recentes conflitos em Jerusalém, com mais de 100 mortos, realçam, na avaliação de Maguito,



Na opinião de Maguito Vilela, “é inadmissível uma ocupação militar como a que Israel exerce”

a importância de propostas que contribuam para mobilizar a sociedade em prol da paz.

Conforme o senador, os palestinos estão frustrados com o resultado de sete anos de negociações: a ocupação militar por Israel. O parlamentar acrescentou que a Autoridade Palestina controla 40% da Cisjordânia e 80% da Faixa de Gaza, mas os territórios são cercados por postos de controle israelenses.

– Há um consenso mundial num ponto: no estágio atual das relações internacionais e diplomáticas, é inadmissível uma ocupação militar como a que Israel exerce nos territórios palestinos – afirmou Maguito Vilela.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) apoiou a proposta de marcar uma sessão especial em solidariedade ao povo palestino e disse que o problema por ele enfrentado atinge toda a Humanidade.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Agenda Econômica* – Márcio Pochmann, professor da Unicamp, fala sobre desemprego
7h30 – *Entrevista* – Sen. Júlio Eduardo fala sobre política ambiental
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Educação Especial – Apenas diferentes
9h – *Cores do Brasil* – Camboriú
9h30 – *Entrevista* – Wilson Picler, físico, fala sobre ciência e espiritualidade
10h – *Sessão Plenária* (vivo)
14h – *Entrevista* – Sen. Júlio Eduardo fala sobre política ambiental
14h30 – *Sessão Plenária* (reapresentação)
18h30 – *Entrevista* – Wilson Picler, físico, fala sobre ciência e espiritualidade
19h – *Cores do Brasil* – Pernambuco
19h30 – *Agenda Econômica* – Márcio Pochmann, professor da Unicamp, fala sobre desemprego
20h30 – *Entrevista* – Sen. Júlio Eduardo fala sobre

RÁDIO SENADO

política ambiental
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *Sessão Plenária* (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
10h – *Sessão Plenária do Senado* (vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – *Sessão Plenária do Senado* (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Moreira lembra os 110 anos das juntas comerciais

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) lembrou ontem os 110 anos da criação do Registro do Comércio. Para o parlamentar, a iniciativa foi

um dos fatos que mais contribuíram para o desenvolvimento do comércio, da indústria, da agricultura e de toda a economia do país.

– Sem o Registro do Comércio, que trouxe fé pública, segurança jurídica, transparência e confiabilidade às operações de compra e venda, a existência das sociedades mercantis seria desconhecida pelas autoridades fiscais e fazendárias e por terceiros – afirmou, lembrando que o direito comercial garante publicidade e dá autenticidade a firmas individuais e sociedades mercantis.

Moreira salientou que o Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis representa um passo importante para conferir uniformidade e interdependência aos serviços do Registro do Comércio.



Moreira Mendes: mais fé pública e segurança

Althoff prevê a instalação do Parlamento do Mercosul

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) prevê que até 2010 será instalado o Parlamento do Mercosul. A base para a construção desse novo organismo internacional, afirmou, é o trabalho da Comissão Parlamentar Conjunta dos quatro países

que compõem o bloco econômico (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai).

– A cada dia, a importância da comissão conjunta se fortalece e se consolida – disse Althoff, após comunicar que as próximas reuniões do colegiado se realizarão em Porto Alegre, de 7 a 9 de novembro, e em Florianópolis, paralelamente ao encontro dos presidentes dos países do Mercosul nos dias 14 e 15 de dezembro.

O senador ressaltou que, apesar das divergências pontuais entre Brasil e Argentina, o Mercosul tem se consolidado como importante plataforma de exportação e servirá como base para a integração, a médio pra-



Geraldo Althoff: avança o trabalho da Comissão Parlamentar Conjunta

zo, de toda a América do Sul. O fortalecimento do bloco, previu, tornará a região mais capacitada para competir no ambiente da futura Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

– A imprensa tem sido muitas vezes míope em suas análises sobre o futuro do Mercosul, alardeando um pessimismo exagerado – afirmou o senador Geraldo Althoff.

Ele recordou que as negociações de conflitos dentro do bloco têm obtido sucesso e que a Europa, mesmo após 50 anos do início de seu processo de integração, ainda enfrenta problemas localizados, como a rejeição do euro, nova moeda do continente, pelos eleitores da Dinamarca.

Althoff registrou ainda o segundo aniversário do falecimento do ex-senador Vilson Kleinübing, de quem era suplente. “Era um homem idôneo, que tem feito falta a Santa Catarina”, observou.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação: ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Saturnino apóia redução dos repasses para União

O senador defendeu a aprovação de projeto que diminui de 13% para 7,5% o percentual dos orçamentos estaduais repassado ao governo federal para o pagamento de dívidas. Seria a forma de garantir verbas para a segurança, disse

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) defendeu ontem em Plenário a aprovação de projeto, do senador José Alencar (PMDB-MG), que diminui o percentual dos recursos repassados pelos estados à União para saldar dívidas. De acordo com Saturnino, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que diminuiu a liberdade administrativa, e a renegociação das dívidas dos estados com a União, os governos estaduais não têm como investir no aparelha-

mento dos órgãos de segurança, no aumento do efetivo policial e no reajuste de salários.

Saturnino comentou a situação da segurança pública no país, considerada por ele precária, em virtude dos acontecimentos recentes no Recife (PE). Nessa cidade, policiais militares em greve por melhores salários promoveram tiroteio em frente ao Palácio das Princesas, sede do governo pernambucano. Para o senador, situação semelhante poderia

ocorrer em qualquer outra parte do país, diante da insatisfação da polícia e das dificuldades financeiras que atravessam os governos estaduais.

— Para dar algum alívio aos estados, o Senado precisa aprovar o projeto do senador José Alencar, que diminui de 13% para 7,5% o percentual de recursos de orçamentos dos governos estaduais que são destinados à União, em pagamento das dívidas — disse, classificando de “grave” a situação da

segurança pública no país.

O senador acentuou que no Rio de Janeiro seria necessário dobrar o efetivo policial e os salários para que pudesse ser feito um combate eficaz ao crime organizado. Segundo Roberto Saturnino, a população está em pânico devido ao aumento da criminalidade e à impossibilidade de mais investimentos do governo estadual em segurança pública.



Roberto Saturnino considera precária a situação da segurança pública no país

Suassuna critica exclusão de 672 municípios do Projeto Alvorada

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) criticou ontem em Plenário a exclusão de 672 municípios do Projeto Alvorada, lançado em julho passado pelo governo federal com o objetivo de combater a miséria. Citando reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o senador afirmou que o critério para inclusão adotado pelo Executivo, que leva em conta as microrregiões e não os municípios, deixou um expressivo número de localidades pobres do Brasil fora do projeto, que este ano investirá R\$ 1,135 bilhão.

Para reverter o quadro de pobreza, o governo redirecionou 15 programas já existentes, como o de renda mínima, alfabetização de adultos, combate à mortalidade materno-infantil, assistência especial a crianças e idosos e instalação de rede de esgoto. A idéia era elevar o Índice de Desenvolvimento Humano

(IDH) em diversas áreas de 14 estados. Medido de 0 a 1, o IDH estava abaixo de 0,359 nas 27 microrregiões selecionadas pelo governo.

Segundo a *Folha*, o critério de seleção deixou de fora do projeto 131 municípios da Bahia, 119 da Paraíba, 85 de Pernambuco, 81 do Piauí, 64 do Maranhão, 60 do Rio Grande do Norte, 44 de Alagoas, 32 de Sergipe, 26 do Tocantins, 20 do Ceará, 8 do Pará, e dois do Acre. Foram excluídos do Alvorada, por exemplo, os municípios de Barroquinha, no Ceará, e Campo Grande, em Alagoas, respectivamente o segundo e terceiro piores colocados no ranking de IDH no Brasil. Ficaram de fora porque estão circundados por outras localidades onde há melhores condições de vida.

— Na Paraíba, o resultado da escolha desses critérios esdrúxulos assume conotação de tragédia,



Suassuna considera o critério para a inclusão no programa “golpe inaceitável na alma do sertanejo”

um golpe inaceitável no restinho de esperança que resiste na alma do sertanejo — disse Suassuna. Ele informou que 60% dos municípios do estado não são alcançados pelo projeto.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) lamentou que o governo esteja dando tratamento diferenciado a municípios em situação semelhante e pediu a extensão do Projeto Alvorada a todas as localidades pobres do país. Suassuna respondeu ao aparte, sugerindo ao governo que seja duro na cobrança dos impostos e impeça que “espertalhões se aproveitem dos recursos públicos em prejuízo dos que mais precisam”.

Freitas pede rigor na apuração de desvio de recursos do SUS no PI

O senador Freitas Neto (PFL-PI) apelou ontem ao ministro da Saúde, José Serra, para que seja imediatamente aprofundado o trabalho de auditoria que investiga denúncias de desvio de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) no Piauí.

Segundo disse, o quadro atual não interessa ao governo nem à oposição, e tampouco à população. O senador defendeu a adoção de uma posição firme pelo ministério para identificar as irregularidades, punir os responsáveis e estabelecer uma política pública eficaz, que restabeleça os padrões de atendimento da rede hospitalar.

O senador Tião Viana (PT-AC) solidarizou-se com Freitas Neto “por colocar em primeiro plano o povo do Piauí”. Assinalou também a importância de o Ministério da Saúde estar mais presente na cobrança da aplicação dos recursos do SUS.

ABUSOS

De acordo com Freitas Neto, auditorias do ministério identificaram abusos na aplicação de recursos em 13 hospitais piauienses. Casos idênticos também surgiram em outras instituições de saúde. O senador disse ainda que a Polícia Federal já está trabalhando no caso e que a Assembleia Legislativa aprovou, por unanimidade, requerimento que solicita auditoria do Tribunal de Contas da



Freitas Neto disse que há má gestão, cobranças irregulares e lentidão no atendimento

União (TCU) na aplicação das verbas do SUS no Piauí.

As irregularidades denunciadas, informou o senador, incluem má gestão, cobranças irregulares de autorizações para internamento hospitalar, incidentes decorrentes de lentidão no atendimento, suspeitas de desvios na aplicação dos recursos e dívidas a respeito da correção com que as verbas são distribuídas entre as diversas unidades hospitalares.

Freitas Neto defendeu a melhoria das condições de trabalho dos médicos piauienses e um atendimento digno à população. Ele salientou que o problema não é médico e sim de caráter administrativo, acrescentando que “sem uma política de saúde pública eficaz, que corrija as graves distorções denunciadas, nada disso será possível”.

Sebastião Rocha cobra inclusão de Laranjal do Jari

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) protestou ontem contra a não inclusão do município de Laranjal do Jari, um dos mais pobres do Amapá, no Projeto Alvorada, lançado pelo governo federal. O programa, segundo o senador, pretende promover investimentos



Rocha afirmou que o município não conta com infra-estrutura

para reverter as desigualdades regionais e combater a pobreza nas áreas mais pobres do país.

Sebastião Rocha disse que há tempos vem discordando do go-

verno sobre os critérios de escolha dos municípios. Ele lembrou a aprovação, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de requerimento de sua autoria para que seja ouvido o ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, sobre o assunto. O senador também enviou ofício ao presidente da República solicitando a revisão dos critérios para a inclusão de municípios pobres no programa.

O senador reconheceu que

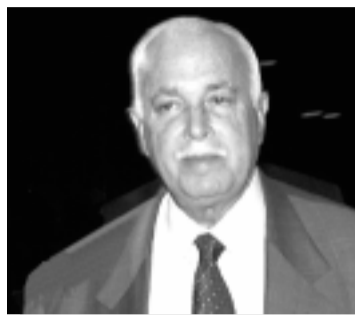
houve recuo por parte do governo, que reviu em parte os critérios, baseados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para a inclusão das microrregiões no Projeto Alvorada, o que permitiu que quatro municípios do Amapá fossem beneficiados. Ele manifestou, no entanto, estranheza pela não inclusão de Laranjal do Jari. Segundo disse, a pequena cidade, surgida com a implantação do extinto Projeto Jari, do milionário Daniel Ludwig que ali quis construir uma fábrica de celulose, não conta com nenhuma infra-estrutura nem saneamento básico.

ACM: toda idéia é bem-vinda para elevar mínimo

Confirmando que já existe a decisão de conceder aumento superior ao proposto inicialmente pelo governo, Antonio Carlos Magalhães atribui ao Congresso a responsabilidade de encontrar os recursos orçamentários correspondentes

O presidente do Senado Federal, senador Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que considera "bem-vinda" toda idéia que permita viabilizar um aumento do salário mínimo. Ele não quis entrar em detalhes sobre a proposta do presidente Fernando Henrique Cardoso de reduzir as isenções do Imposto de Renda (IR) para alavancar recursos para essa finalidade por considerar necessário estudar o assunto com mais profundidade.

Antonio Carlos Magalhães con-



Para Antonio Carlos, o relator do Orçamento, Amir Lando, é quem pode dizer "onde deve cortar"

firmou que já existe a decisão de aumentar o salário mínimo. Segundo ele, caberá ao senador

Amir Lando (PMDB-RO), relator da Comissão Mista de Orçamento, e ao Congresso Nacional decidirem que recursos serão utilizados para isso.

— O relator Amir Lando conhece a receita e as despesas previstas no Orçamento, portanto é uma pessoa autorizada a dizer onde pode e deve cortar — observou.

Ele ressaltou que tais cortes não dependem de negociações com a equipe econômica do governo.

— No momento em que o Orça-

mento entra no Congresso, o assunto passa a ser do Congresso — ponderou.

PROFESSORES

O presidente recebeu representantes do Sindicato dos Professores do Distrito Federal acompanhados do deputado federal Paulo Octávio (PFL-DF).

Os sindicalistas pediram a Antonio Carlos que auxilie a categoria a conseguir junto ao governo federal a liberação dos recursos necessários para pôr fim à greve dos professores, que já dura mais de um mês.

Arruda diz que fundo de pensão é "paraíso fiscal"

Da tribuna do Plenário, o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), defendeu a tributação das aplicações financeiras dos fundos de pensão para gerar arrecadação para a concessão de aumento real ao salário mínimo.

Par ele, os fundos são um "verdadeiro paraíso fiscal dentro do Brasil", que há 12 anos não pagam imposto. Arruda anunciou que esteve terça-feira com técnicos da Receita estudando o assunto.

— É vergonhoso que um país como o Brasil, que luta com tanta dificuldade contra a miséria e que tem um salário mínimo baixo, não consiga tributar os bilionários fundos de pensão — afirmou.

O líder lembrou que tramitam no Senado dois projetos que disciplinam a previdência complementar, cujos relatores são os senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Romero Jucá (PSDB-RR). Em aparte, Jucá afirmou que tem procurado um acordo entre os fundos e o governo. Ele adiantou que as fundações já admitem pagar a Cofins, o IPTU, o IOF e a CPMF, mas ainda discutem o problema do IR. Fogaça defendeu recursos sólidos para o salário mínimo, para que não fique na dependência de medidas improvisadas. Gerson Camata (PMDB-ES) disse temer que os trabalhadores que contribuem para os fundos sejam prejudicados.



Arruda: isentar os fundos é "vergonhoso"

Amir Lando rejeita redução de isenções do IR

O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), afirmou não concordar com a idéia de reduzir as isenções do Imposto de Renda (IR) "de quem ganha menos" para aumentar a arrecadação federal, a fim de garantir o reajuste do salário mínimo para R\$ 180. Atualmente, todas as pessoas que recebem por mês até R\$ 900 ficam isentas do pagamento de IR na fonte.

Conforme as agências de notícias, ao chegar ontem na Espanha, o presidente Fernando Henrique disse que, além da cobrança do IR sobre as aplicações dos fundos de pensão, pode-se discutir a redução das isenções do IR de pessoas físicas. Lando



Lando: Congresso deve aprovar projeto que altera sigilo bancário

aguarda esclarecimentos mais detalhados sobre que isenções poderiam ser reduzidas ou abolidas.

Ele concorda com o presidente que só a cobrança de IR dos fundos de pensão é insuficiente para gerar os R\$ 3,8 bilhões necessários para que o mínimo passe, no próximo ano, de R\$ 151 para R\$ 180. Na proposta de Orçamento enviada ao Congresso, o governo prevê R\$ 1,45

bilhão para corrigir o mínimo em 5,57% (para R\$ 159). "O governo também deve atacar a sonegação e tentar receber parte dos R\$ 100 bilhões que milhares de empresas devem ao INSS", afirmou Lando.

Para o relator-geral do Orçamento, o Congresso deve aprovar o projeto que altera o sigilo bancário, permitindo à Receita Federal o início de processo administrativo contra pessoas ou empresas com grandes movimentações financeiras e que não declararam ao fisco a origem dessas rendas. A Receita Federal já dispõe do CPF e do CGC de todos aqueles que fizeram movimentações incompatíveis com seu patrimônio ou negócios.

— É uma hipocrisia impedir o trabalho da Receita. Caso não haja mudança na lei, no final a conta acaba endereçada aos bons pagadores de impostos, beneficiando os sonegadores. O máximo que a Receita pode fazer é colocar na malha fina os nomes das pessoas que fizeram grandes pagamentos de CPMF e tentar descobrir alguma irregularidade — destacou Amir Lando.

Dutra pede atenção para outras fontes

Para o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o governo elegeu os fundos de pensão como "a galinha dos ovos de ouro da vez" e esqueceu-se de outras fontes que poderiam gerar muito mais recursos para assegurar o aumento real do salário mínimo. O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), concordou com Dutra e propôs a realização de um levantamento sobre os projetos que tramitam no Congresso e permitem gerar receitas imediatas.

Embora concordando que os fundos de pensão não podem continuar com isenção absoluta, Dutra observou que outras situações merecem a atenção do governo, como a descrita pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, à CPI dos Bancos. Everardo informou que, dos 100 maiores bancos do país, 30 nada pagam de Imposto de Renda. Acrescentou que os bancos, se fossem enquadrados no Simples, pagariam mais imposto do que



Dutra: governo elegeu os fundos como a "galinha dos ovos de ouro"

recolhem hoje.

Dutra citou ainda o projeto aprovado no Senado e estacionado na Câmara que dá acesso, mediante autorização judicial, às contas bancárias que revelam movimentação financeira incompatível com o patrimônio declarado à Receita. O senador lembrou que, de acordo com Everardo, a arrecadação com essa fonte chegaria a cerca de R\$ 4 bilhões. Na sua opinião, se "o governo quisesse, já teria aprovado o projeto na Câmara há muito tempo".

Quanto aos fundos de pensão, Dutra expressou surpresa com o fato de os dois projetos relatados por Romero Jucá (PSDB-RR) terem sido aprovados com certa tranqüilidade na Câmara e "terem empacado no Senado muito antes da discussão sobre o salário mínimo". Em resposta, Jucá disse que procurou um entendimento entre os fundos e a Receita "para acabar com a figura esdrúxula da imunidade".

CAE votará na terça-feira emendas ao Orçamento da União

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou para terça-feira a escolha das cinco emendas que a CAE, como as demais comissões permanentes, tem direito de apresentar à proposta orçamentária para 2001, em análise no Congresso Na-

cional. A reunião está marcada para as 17h e a previsão é de que sejam apreciadas mais de 30 emendas.

O presidente da CAE, Ney Suassuna (PMDB-PB), disse que adiou a análise das emendas por solicitação do Bloco Oposição. Ele observou

que o adiamento veio em boa hora, por permitir aos parlamentares maior tempo para apresentar as emendas. O prazo para a apresentação das emendas termina dia 31, antes do início da reunião.

Até a manhã de ontem, a comi-

são tinha protocolado 18 emendas — entre as quais, a do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que concede maiores recursos para financiar a produção de algodão, e a de Romero Jucá (PSDB-RR), assegurando melhorias da qualidade de vida para

a população de baixa renda da Amazônia. Outra emenda, de Jonas Pinheiro (PFL-MT), obriga o governo a subvencionar parte do seguro rural privado, para tornar compatíveis os custos de contratação do seguro e a rentabilidade agrícola.